

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

- 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CURADORIA DO MEIO AMBIENTE.
- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG) Nº 06.2023.00000949-9

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Raul de Araujo Santos Neto, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José – Curadoria do Meio Ambiente, e de outro lado **Munique Viana**, brasileira, solteira, do lar, CPF nº 063.351.829-80, RG nº 4.687.641, com endereço na Rua Clemente Hames, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara-SC, doravante denominada compromissária, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 89, da Lei Complementar nº 197/2000, e **CONSIDERANDO**:

- As funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- O direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- O princípio do poluidor-pagador previsto na Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), que visa "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente;

- A necessidade de se realizar o adequado licenciamento ambiental das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, de acordo com os instrumentos de gestão ambiental previstos na Política Nacional de Meio Ambiente e nas Resoluções do CONSEMA, visando, assim, o desenvolvimento sustentável;

- Os termos do Assento nº 1/2013/CSMP, arts. 4º e 5º, , que estabelece que a reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano *in natura*, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano *in natura*, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano *in natura*, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação *in natura* por indenização pecuniária. E que, não sendo, as medidas indicadas no artigo anterior, suficientes para a reparação dos danos, poderão ser estabelecidas medidas de compensação mitigatórias;

- Os termos da Recomendação nº 54, do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe que sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art 1º, § 2º);

- O que restou apurado no Inquérito Civil Público (SIG) nº 06.2023.00000949-9, cujos documentos coligidos demonstram que a compromissária promoveu o represamento de curso d'água, alterando o seu curso natural, sem qualquer tipo de autorização ou licença da autoridade ambiental competente, em imóvel situado na Rua Clemente Hames, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara-SC, situação que acarretou a lavratura dos Autos de Infração Ambiental nsº 57890-A e 57891-A e do Termo de Embargo nº 48670-A, emitidos pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina;

- As demais informações contidas nos autos, notadamente as informações prestadas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, no sentido de que a área de preservação permanente alterada é caracterizada por pastagem, e que a retirada das pedras possibilitará que o curso d'água retome seu fluxo natural;

- O atendimento ao embargo promovido pelo Órgão Ambiental e a intenção da compromissária em reparar o dano, o que se mostra adequado e razoável, independente de nova apreciação pelo Órgão Ambiental, haja vista a pronta e premente reparação ambiental;

- Por fim, que eventuais infrações penais são independentes, e serão averiguadas em separado,

RESOLVEM celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, mediante os seguintes **TERMOS**:

DAS OBRIGAÇÕES:

Cláusula 1ª - A compromissária **MunIQUE Viana**, por si e eventuais sucessores a qualquer título, assume, as seguintes obrigações de fazer:

01 – Obrigação de desfazer a represa executada com pedras e restabelecer o curso natural do Rio, atendendo ao recomendado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de São Pedro de Alcântara-SC, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

02 – Obrigação de enriquecer o solo mediante o replantio de vegetação natural (gramíneas ou outra espécie de vegetação eficiente para estabilização da área afetada), em quantidade suficiente para regenerar as áreas expostas à erosão decorrente do represamento do curso natural do Rio, zelando para eventual substituição em caso de não germinação ou evolução do crescimento, no mesmo prazo estabelecido no item 01;

03 – Obrigação de apresentar material fotográfico, com pelo menos 10 (dez) fotografias (datadas), para atestar o atendimento dos itens acima, no prazo especificado nos itens 01 e 02;

04 – Obrigação, em caso de transferência da propriedade ou da posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, de dar ciência à outra parte no negócio, e fazer constar, então, no contrato ou escritura pública as obrigações assumidas e a respectiva multa pelo descumprimento, permanecendo os adquirentes como solidários em todas as obrigações assumidas;

05 – Obrigação de cumprir, como medida compensatória indenizatória prevista no art. 9º, inciso IX, da Lei nº 6.938/81 e disposições do art. 29, §

1º, do Ato nº 00395/2018/PGJ, o pagamento do valor correspondente a 1 (um) salário mínimo (R\$ 1.302,00), podendo ser parcelados em quatro (4) vezes de igual valor, com vencimento a cada trinta (30) dias, sendo a primeira a contar da assinatura do presente, destinados **ao Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina**, criado pela Lei nº 15.694/2011, regulamentado pelo Decreto nº 808/2012, conforme art. 13, da Lei nº 7.347/85, mediante guias expedidas pela 10ª Promotoria de Justiça – Curadoria do Meio Ambiente.

Cláusula 2ª - A compromissária **Munique Viana** assume ainda o compromisso de obter o licenciamento/autorização ambiental através do Órgão responsável para qualquer atividade/intervenção que, doravante, pretenda executar no local.

DA MULTA:

Cláusula 3ª - O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou das obrigações estabelecidas no presente, implicará no pagamento, pela compromissária, de multa pecuniária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para cada mês de atraso, a ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina - FRBL.

DO ADIMPLEMENTO:

Cláusula 4ª - Fica consignado o prazo de dez (10) dias úteis, para as respectivas prestações de contas nos autos do Procedimento Administrativo a ser instaurado para acompanhamento do TAC, contados da data do vencimento de cada obrigação assumida.

DA EXECUÇÃO:

Cláusula 5ª - Na hipótese de não cumprimento pela compromissária, de quaisquer das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária previstas na cláusula 3ª, o **Ministério Público Estadual** promoverá a execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

DA VIGÊNCIA:

Cláusula 6ª - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual serão contados os prazos acima estipulados.

6.1 – Os prazos acima fixados poderão ser, eventualmente, prorrogados a pedido da compromissária, independentemente de Termo Aditivo, desde que apresentada justificativa razoável para o atraso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas (02) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São José, 19 de abril de 2023.

Raul de Araujo Santos Neto
Promotor de Justiça
Curadoria do Meio Ambiente

Munique Viana
Compromissária

TESTEMUNHAS:

Fernanda de Medeiros Pagani Luz
RG nº 4.151.184

Thays Cristina V. Schumacher
RG nº 5.091.800